



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000716-68.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Banco do Brasil S/A**  
 Requerido: **Granzotti & Granzotti Representações Comerciais S/c Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Banco do Brasil S.A. move ação monitória contra Granzotti & Granzotti Representações Comerciais S/C Ltda., Paulo Sérgio Olaio Granzotti e Edmara Rodrigues Granzotti, pedindo a condenação solidária dos réus ao pagamento do saldo devedor oriundo do Contrato de Abertura de Crédito BB Giro Empresa FLEX nº 306.205.420, celebrado em 23/12/2014, no valor de R\$ 178.796,88, atualizado até 31/12/2016.

Os réus ofertaram embargos monitórios. Sustentam que não foram informados de modo adequado sobre a natureza e conteúdo do contrato. Débitos foram lançados na conta, sem que se saiba exatamente a que correspondem. O contrato contém cláusulas abusivas. O exame dos contratos mostra que a planilha de cálculo que instrui a inicial não guarda com eles correspondência exata.

O autor foi intimado a manifestar-se em réplica e, conforme fls. 85/86, "trazer aos autos os extratos da conta relativos a todo o período compreendido entre a data da celebração do contrato e a propositura da ação, o que é indispensável para a prova dos fatos constitutivos do seu direito".



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O autor requereu prazo de 15 dias para a juntada, fls. 92/93, o qual, concedido às fls. 94, transcorreu in albis.

Consoante decisão de fls. 98, foi o autor novamente intimado a apresentar os extratos e, ainda, a apresentar "todos os instrumentos pelos quais houve a utilização do crédito concedido pelo contrato que fundamenta a presente monitória".

O prazo transcorreu in albis.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que a solução da presente lide depende apenas de prova documental, cuja apresentação, pelo autor, foi oportunizada nas decisões de fls. 85/86 e 98, tendo este deixado transcorrer in albis os prazos que lhe foram concedidos.

A ação é improcedente.

O autor instruiu a ação apenas com um Contrato de Abertura de Crédito BB Giro Empresa Flex, fls. 12/27, e com uma planilha de cálculo realizada unilateralmente, fls. 28/30.

Todavia, era imprescindível, para a prova dos fatos constitutivos de seu direito, que o autor tivesse apresentado ainda os documentos referidos nas decisões de fls. 85/86 e 98, quais sejam:

(a) os extratos da conta bancária, alcançando o período compreendido entre a celebração do contrato e a propositura da ação, a fim de se aferir os lançamentos lá vertidos, inclusive porque tais lançamentos é que devem subsidiar a memória de cálculo realizada unilateralmente e apresentada às fls. 28/30;

(b) os instrumentos pelos quais houve a utilização do crédito concedido pelo contrato de abertura de crédito, não só para comprovar as operações mas também para comprovar os próprios juros e outros encargos convencionados, assim como forma de pagamento, prazos, etc., vez que, consoante se verifica nos autos, o contrato de abertura de crédito não menciona



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

qualquer taxa de juros ou outros encargos, tendo ele próprio remetido a tais instrumentos, no contrato denominados "proposta para utilização de crédito", consoante cláusula segunda, onde se lê: "a utilização dos recursos será apresentada à agência ... por meio de proposta para utilização de crédito, doravante designada proposta, onde serão especificados os custos financeiros, os prazos, o valor e a forma de pagamento das parcelas de capital e demais condições da operação. Essa proposta será assinada pelo(a) financiado(a) ou por seus representantes legais, cujos termos deverão se reportar a este instrumento, que se, aceita pelo financiador, fará parte integrante deste instrumento para todos os fins de direitos".

Com o oferecimento dos embargos monitórios, competia ao autor-embargado a prova dos fatos constitutivos de seu direito, nos termos do art. 373, I do Código de Processo Civil, não tendo se desincumbido de tal ônus.

Cabe lembrar que a apresentação de um contrato de abertura de crédito não comprova qualquer fato constitutivo do direito ao crédito, vez que a abertura de crédito não corresponde, ainda, ao empréstimo propriamente dito. Este é a "utilização do crédito" anteriormente aberto, e, no presente caso, somente poderia ser comprovado pelos extratos bancários e pelas propostas para utilização de crédito acima referidos, que não foram trazidos pelo autor, apesar da oportunidade que lhe foi conferida.

Ante o exposto, acolho os embargos monitórios para julgar improcedente a ação monitória, condenando o autor-embargado nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 05 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**